



UFSM

Artigo Monográfico de Especialização

SURDEZ: DISCUSSÃO DO ESPAÇO ESCOLAR

Luciene Millard Gomes Sousa

Teófilo Otoni – MG

Brasil - 2010

SURDEZ: DISCUSSÃO DO ESPAÇO ESCOLAR
por

Luciene Millard Gomes Sousa

Artigo apresentado no Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de Surdos, do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista em Educação Especial.**

Teófilo Otoni, MG, Brasil
2010

Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Especialização em Educação Especial - Déficit Cognitivo e
Educação de Surdos

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova o Artigo Monográfico de
Especialização

SURDEZ: DISCUSSÃO DO ESPAÇO ESCOLAR
elaborado por

Luciene Millard Gomes Sousa

como requisito parcial para obtenção do grau de

Especialista em Educação Especial: Déficit Cognitivo e Educação de
Surdos

COMISSÃO EXAMINADORA:

Sílvia Maria de Oliveira Pavão
(Presidente/Orientador)

fulano

fulano

Teófilo Otoni, MG, Brasil
2010

RESUMO

Artigo de Especialização
Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação
de Surdos
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

SURDEZ: DISCUSSÃO DO ESPAÇO ESCOLAR

AUTOR: Luciene Millard Gomes Sousa

ORIENTADOR: Sílvia Maria de Oliveira Pavão,
Santa Maria,RS.

Esse trabalho aborda a surdez no espaço escolar, teve como objetivo geral conhecer como as estruturas de ensino das escolas inclusivas atendem os alunos surdos. Por meio de método qualitativo exploratório, foi aplicada uma entrevista semiestruturada a Intérpretes de libras, professores de apoio, professores de salas de recursos e gestores de dois estabelecimentos de ensino. Constatou-se que, a escola é uma instituição social que tem por obrigação atender todos os alunos. A educação Bilíngüe é uma Proposta que não privilegia uma língua, mas que dá direito ao surdo de utilizar duas línguas. A proposta curricular das escolas, pode se encerrar em um padrão de características que inviabilizem a participação de diferentes necessidades de aprendizagem. Conclui-se que é preciso ressignificar a escola, para que ela seja um lugar de compartilhar aprendizados, construir conhecimentos e favorecer a autonomia dos sujeitos. Entretanto é o professor ainda o sujeito visto como o profissional na escola que pode favorecer o processo de inclusão do aluno surdo.

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO
2. CAMINHO DA INVESTIGAÇÃO
3. REFERENCIAL TEÓRICO.....
4. ANÁLISE DOS DADOS.....
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS
6. REFERÊNCIAS
7. APÊNDICE.....

1. APRESENTAÇÃO

A escola ao cumprir sua função na sociedade de proporcionar a educação e acesso ao conhecimento, não deve selecionar alguns, como fora no passado o ensino elitizado denominado tradicional, mas promover a todos de acordo com o paradigma democrático que a rege. Também não deve segregar em decorrência de dificuldades dos alunos, mas valorizar as diferenças por eles apresentadas. O ideal de emancipação e participação social deve ser prioritariamente contemplado nas práticas escolares da contemporaneidade.

Entretanto, cabe salientar que é possível algumas escolas ainda guardarem resquícios de uma educação tradicional e arcaica. Os alunos são moldados de acordo com as regras e procedimentos ditados pela escola sem uma discussão e análise crítica do contexto e necessidades educacionais vivenciados por eles. A escola molda o aluno de acordo com a sua necessidade e não com a necessidade do aluno. Se isso acontece também com os alunos ditos “normais”, o que se pode supor, quando o aluno é surdo. Seguramente o preconceito e a discriminação continuam a existir no espaço escolar, diante de alguma deficiência ou não.

A escola inclusiva oferece oportunidades de aprendizagem múltiplas a todos. Não apenas as aprendizagens de conteúdos formalizados pela ciência, mas também aquelas que se referem à sensibilidade pela diversidade humana, à experiência com a riqueza da diferença e ao desenvolvimento do espírito de colaboração, aspectos tão significativos na constituição de um sujeito. Então a educação passa a ser responsabilidade de todos e cabe ao coletivo da escola atender às necessidades especiais.

A escola tem papel fundamental na vida da pessoa surda. Por isso tem que estar preparada para trabalhar com a diferença e não com a deficiência. Por isso é importante observar se a escola está sendo um espaço de participação e de discussão a respeito das diferenças. Isso diz

respeito ao desenvolvimento das potencialidades e a efetiva inclusão social dos educandos

A opção por esse tema de pesquisa se deve ao fato de acreditar que, a função do educador é desmistificar a surdez, é romper com pensamentos estereotipados que dificultam que o surdo construa seus próprios caminhos. Pois, às vezes a limitação que a sociedade impõe aos surdos, é maior do que a limitação sensorial que apresentam.

Nesse intuito, torna-se pertinente investigar se as escolas estaduais do Município Teófilo Ottoni, MG estão preparadas pra receber o aluno surdo. Para tal investigação farei uma pesquisa com o uso de questionário, direcionado a interpretes de libras, pais, professores de apoio, e gestores dos estabelecimentos de ensino. Meu campo de pesquisa será a Escola Estadual Sebastião Ramos e a Escola Estadual Pastor Hollerbac, está última, é referência no atendimento de alunos com necessidades especiais. Ambas atendem alunos do ensino fundamental, entre eles vários alunos surdos.

O grande desafio da escola principalmente da escola pública está em garantir um padrão de qualidade (para todos) e, ao mesmo tempo respeitar a diversidade local. Nunca se falou tanto em inclusão e em promoção do aluno com deficiência, mas não basta acolher e promover a interação social. É preciso ensinar como a própria legislação prevê desde 1988, quando a constituição foi aprovada (BRASIL, 1988). A educação e principalmente a educação especial já avançou bastante, mas ainda existe no nosso entorno estabelecimentos de ensino conhecidos como inclusivos que na verdade não dispõem de uma estrutura física e pessoal para favorecer a inclusão.

As instituições de ensino, principalmente as especializadas não são responsáveis pela segregação, contudo uma vez que absorvem a demanda social gerando, por exemplo, expectativas de inserção na comunidade, trazem para si a responsabilidade de arranjar saídas para questões sociais complexas, às vezes “assumindo” uma função do Estado

e de outros setores sociais. Destaca-se que não se trata de negar a importância das instituições especializadas, mas sim de repensar sua função social e seu papel na educação no contexto atual.

A discussão sobre inclusão ultrapassa as questões técnicas e metodológicas, porque diz respeito também as políticas públicas, ao desenvolvimento dos diversos setores da sociedade que fazem parte da subjetividade.

1.1 PROBLEMATIZAÇÃO

Há certo esforço para fazer da escola um lugar ideal de aprendizagem, o que quase sempre, implica o endurecimento do espaço escolar, submetendo a diversidade a um espaço segregador e excludente. Pensar a educação é pensar a diferença, pois o ser humano é igual na diferença. A diferença apresenta-se como elemento fundamental da educação e condição para pensar a inclusão. Nesse sentido, acolher a diversidade em sala de aula é um desafio. Portanto o problema do estudo se configura a partir do seguinte questionamento: a escola apresenta uma estrutura pedagógica suficientemente capaz de atender as pessoas com necessidades especiais?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Geral:

Conhecer como as estruturas de ensino das escolas inclusivas atendem os alunos surdos.

1.2.2 Específicos:

- Distinguir as práticas excludentes de práticas inclusivas dentro da escola.

- Registrar as ações da escola para o atendimento educacional da deficiência auditiva, em especial quanto ao discurso curricular.
- Discutir a percepção dos professores sobre a inclusão.

Este artigo está estruturado em cinco partes além desta primeira que é a apresentação. A segunda discorre sobre a trajetória metodológica, que por ser qualitativa, apresenta o campo de investigação, instrumentos de coleta dos dados e sujeitos da pesquisa. Na terceira parte é desenvolvimento referencial teórico que foi dividido em três partes, que contemplam os objetivos do estudo. Na quarta parte são apresentados os dados e discussão e na última parte as considerações finais.

2. CAMINHO DA INVESTIGAÇÃO

Estudo de abordagem qualitativa exploratória, que visa a descoberta, o achado, a elucidação dos fenômenos (JUNG, 2004), tem o objetivo de proporcionar maior proximidade com o problema investigado. Para Triviños (1987), os estudos dessa natureza, consistem em um conjunto de técnicas de análise, com procedimentos sistemáticos para a descrição dos fenômenos, e análise relativa ao seu conteúdo.

2.1. PERCURSO PARA OLHAR A PESQUISA

A pesquisa em educação especial visa a ampliação das discussões sobre a diversidade educacional no interior das escolas, em especial no atendimento aos alunos com deficiência. Nesse contexto, esse estudo se desenvolveu a partir da coleta de dados em duas escolas

públicas e consideradas inclusivas, do município de Teófilo Otoni. Ambas estão caracterizadas nessa pesquisa

A pesquisa é do tipo qualitativa (TRIVINOS, 1987). Para análise dos dados, a pesquisa bibliográfica foi pautada nos seguintes autores: Morim (2000), Ferreira (2003), Arroyo (1994), Skliar (2001), dentre outros.

2.2. CONTEXTUALIZAÇÃO DO CAMPO DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada em duas escolas estaduais do Município Teófilo Otoni, MG: Escola Estadual Sebastião Ramos e Escola Estadual Pastor Hollerbach, que são caracterizadas a seguir. As escolas são identificadas nesse estudo por Escola A e Escola B, respectivamente.

Escola A - Escola Estadual Sebastião Ramos: situada em uma área periférica de Teófilo Otoni atende crianças e adolescentes entre seis e dezoito anos, e conta com aproximadamente quatrocentos alunos matriculados do 1º ano ao 9º ano do Ensino Fundamental.

A maioria dos alunos dessa escola vive em situação de vulnerabilidade social, moram em áreas de risco tanto físico quanto de alta criminalidade.

Na escola há oito alunos surdos, quatro cursam o 8º ano, três cursam o 7º ano e um cursa o 3º ano. Há, portanto na Escola três intérpretes de LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais.

Além dos alunos surdos a Escola tem uma aluna com o diagnóstico de Conduitas Típicas. A referida aluna estuda em classe comum, porém é acompanhada por um professor de apoio, além de ter uma família bastante presente e preocupada com a aprendizagem da mesma.

A escola fica situada as margens da BR 116 no perímetro urbano da cidade, o índice de prostituição inclusive infantil é bastante grande, muitas mães de alunos da escola fazem programas às margens da BR uma triste realidade que começa a ser mudada, graças a uma ação

conjunta, da Polícia Rodoviária Federal, conselho tutelar, E da Igreja Católica com um movimento chamado Pastoral da Mulher Marginalizada.

Escola B- Escola Estadual Pastor Hollerbac: referência no atendimento de alunos com necessidades especiais. Desde a década de 80 a unidade vem se pautando em novos paradigmas educacionais, rompendo, portanto, com o modelo educacional segregado. Deste modo ocorre o redimensionamento das ações respaldadas nos pressupostos da escola inclusiva, passando a fomentar a qualificação e requalificação dos profissionais tanto da educação especial quanto do ensino regular.

Atualmente conta com uma equipe interdisciplinar composta por dois supervisores, um psicólogo, uma assistente social, uma fonoaudióloga e cinquenta e seis educadores, atende trezentos e sessenta e seis educandos matriculados em turmas do 1º ano ao 9º ano do ensino fundamental. Destes, dezessete são surdos, e trinta e seis possuem outra diferenças sensoriais e, cognitivas. Todos eles inseridos no sistema ensino regular.

Essa escola, para alcançar os objetivos delineados no Projeto Político Pedagógico da unidade, conta com o apoio e dedicação de todos os profissionais que são sempre muito bem motivados pelos gestores do estabelecimento e respondem demonstrando estarem satisfeitos com o que fazem.

A clientela atendida é oriunda da zona Oeste da cidade onde a escola está situada. a escola é referência no município, pois para obter maior rendimento no processo de ensino aprendizagem a escola conta com: Brinquedoteca Educação Física, Psicomotricidade, Fonaudiologia.

Para assegurar a permanência com sucesso na escola há também o apoio especializado em salas de recursos, que são as salas de recursos multifuncionais para o atendimento Educacional Especializado- AEE (BRASIL, 2008), que funcionam em horário inverso ao da escola regular, atendendo a trinta e seis crianças algumas oriundas de outras escolas da região. Realmente é uma escola que parece prezar pela excelência.

2.3. CONTEXTUALIZAÇÃO DOS SUJEITOS

Intérpretes de libras, professores de apoio, professores de salas de recursos e gestores dos estabelecimentos de ensino. Foram convidados a participar da pesquisa dez sujeitos, sendo cinco de cada escola. O critério de inclusão na amostra foi o de ser professor que atua dentro das referidas escolas.

2.4. OLHAR INVESTIGATIVO DA PESQUISA

O instrumento de coleta dos dados utilizado nessa investigação consiste em uma entrevista semi-estruturada (APENDICE A), composta por nove questões relacionadas às práticas de inclusão no interior a escola.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

Nesse referencial discute-se a educação inclusiva e a Educação Bilíngüe para surdos (LIBRAS / português), embora ainda não tenha sido adotado em todas as instituições de ensino. O tema currículo é também apresentado, por acreditar que seja ele o cerne do cotidiano escolar.

3.1 EDUCAÇÃO INCLUSIVA: SONHO OU REALIDADE?

A escola tem papel fundamental na vida do indivíduo surdo. Os educadores têm a função de desmistificar a surdez, é romper com pensamentos estereotipados que dificultam que o surdo se desenvolva.

A lei das diretrizes e bases (LDB) de 1996 prevê que a educação seja a mais integrada possível, propondo a inclusão dos alunos com necessidades especiais na rede regular de ensino. A Constituição Federal

(1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº. 9.394/96) estabelecem que a educação é direito de todos, garantindo atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência (BRASIL, 1999).

Nesta perspectiva inclusiva da educação e sabendo-se que cerca de 10% da população brasileira apresenta algum tipo de deficiência, a escola deve estar preparada para trabalhar a unidade na diversidade (BRASIL, 1999).

A Educação Inclusiva propõe que todas as pessoas com necessidades educacionais especiais sejam matriculadas na escola regular, baseando-se no princípio de educação para todos (BRASIL, 2001). Frente a esse novo paradigma educativo, a escola é uma instituição social que tem por obrigação atender todos os alunos sem exceção, o que levanta a discussão para a noção da diversidade humana

Seguindo Morin (2000), o gênero humano não é debatido pela educação. A educação precisa trabalhar a unidade da espécie humana de forma integrada com a idéia de diversidade. O princípio da unidade/diversidade deve estar presente em todas as esferas. Por isso a educação deve voltar-se para o entendimento do ser humano “combatendo o egocentrismo, o etnocentrismo e o sociocentrismo, que procuram colocar em posição secundária aspectos importantes para a vida das pessoas e das sociedades” (p. 15).

A inclusão na escola seria, então, o processo pelo qual a própria escola adapta-se, transforma-se para poder inserir em suas classes regulares crianças e jovens portadores de deficiência que estão em busca de seu desenvolvimento e exercício da cidadania.

Tanto os alunos não-deficientes como os deficientes terão a oportunidade de vivenciar a riqueza que a diferença representa e, com isso, fortalecer o sentimento de solidariedade. Os profissionais de educação devem ter consciência da sua responsabilidade pela aprendizagem de seus alunos, sejam eles deficientes ou não. O sistema

educacional não só deve saber lidar com as desigualdades sociais, como também com as diferenças. É preciso saber, associar o acesso à permanência com qualidade e eqüidade (BRASIL, 1999).

A educação inclusiva tem sido conceituada como um processo de educar conjuntamente e de maneira incondicional, nas classes do ensino comum, alunos ditos normais com alunos portadores ou não de deficiências - que apresentem necessidades educacionais especiais. A inclusão beneficia a todos, uma vez que sadios sentimentos de respeito à diferença, de cooperação e de solidariedade podem se desenvolver. (BRASIL, 1999, p. 37-8).

A escola, para que possa ser considerada um espaço inclusivo, precisa abandonar a condição de instituição burocrática, apenas cumpridora das normas estabelecidas pelos níveis centrais. Para tal, deve transformar-se num espaço de decisão, ajustando-se ao seu contexto real e respondendo aos desafios que se apresentam.

A escola como espaço inclusivo deve considerar como principal desafio o sucesso de todos os seus alunos, sem exceção. A não-garantia de acesso e permanência de todos na escola é uma forma de exclusão escolar e, conseqüentemente, de exclusão social.

Para um projeto educativo baseado nos princípios de integração/inclusão, devemos pensar numa renovação pedagógica, que considere as diferenças. Não há dúvida de que a qualidade da educação tem importância prioritária para o crescimento econômico, social e político de um país. Os governos precisam formular políticas que assegurem a inclusão dos excluídos e, portanto, estabelecer metas e procedimentos eficientes de inclusão e de ampliação da cidadania (BRASIL, 1999, p. 48).

A Constituição Federal (1988), em seu capítulo II, artigo 208, inciso III, estabelece que o dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. A partir desse respaldo legal, há uma luta para que as escolas se tornem “escolas inclusivas”, escolas que se mostrem compromissadas em atender aos direitos de todos os alunos, independentemente das

dificuldades que tenham. No entanto, por trás de uma luta pela chamada escola inclusiva há o entendimento de muitos, de que isto significa acabar com os trabalhos “especiais” para surdos, na medida em que estes devem estar, necessariamente numa escola comum, regular (BRASIL, 1988).

Qualquer escola, comum ou especial que se sensibilizar para a importância e necessidade de inovar suas propostas, poderá dar início a inclusão escolar. Escolas inclusivas podem proporcionar as condições necessárias para a efetiva aprendizagem dos alunos, podendo contatar com escolas especiais ou centros especializados para o Atendimento Educacional Especializado-AEE, oferecendo a educação para os alunos que sejam indicados para o AEE, conforme recomenda a legislação vigente (BRASIL, 2008).

3.2 EDUCAÇÃO BILÍNGÜE PARA SURDOS (LIBRAS / PORTUGUÊS)

A Proposta Bilíngüe não privilegia uma língua, mas quer dar direito e condições ao indivíduo surdo de poder utilizar duas línguas. O objetivo de uma educação bilíngüe da criança surda é dar-lhe uma situação de desenvolvimento da linguagem dentro de um clima de comunicação efetiva. Tendo a chance de compreender e de se fazer compreender.

A língua natural do surdo é a língua gestual, já que todo seu reconhecimento do mundo é através do canal visuo-espacial, diferentemente do ouvinte que estabelece sua visão do mundo através do auditivo-verbal.

A implantação de um modelo bilíngüe no Brasil não é tarefa fácil. Uma tradição oralista na educação dos surdos em nosso país deu origem a indivíduos surdos sub-educados, muitas vezes sem conhecimento da LIBRAS e sem condições de atuar na educação de crianças surdas. A necessidade do oralismo ainda é uma realidade para o surdo brasileiro quando se pensa em educação de nível superior, inserção social e colocação profissional.

A abordagem educacional, tanto para os surdos quanto para as comunidades indígenas seria o bilingüismo, posto que não podem prescindir do aprendizado e uso da Língua Portuguesa, para uma maior integração no contexto nacional, e que não podem deixar de adquirir a língua da comunidade a que pertencem, a sua língua materna, veículo de seu desenvolvimento lingüístico – cognitivo e da afirmação de sua identidade pessoal e cultural, bem como salienta o atual Ministério da Educação em sua mensagem em comemoração ao dia da língua nacional 'a língua materna é a mãe cultural' de uma pessoa (FERREIRA, 2003, p. 35-6).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998) constituem referências válidas para guiar a educação dos alunos com necessidades especiais e também para todos os demais alunos. Seus pressupostos, objetivos e indicações consideram questões pedagógicas atuais, admitindo a pluralidade de concepções pedagógicas e do fazer educativo, de forma a atender à diversidade dos alunos na escola e às particularidades de sua cultura.

Assim, se por um lado, temos uma legislação atual, passada pelo crivo de tais autoridades, que protege o bilingüismo para os surdos, temos, por outro lado, orientações que desconsideram a Língua Brasileira de Sinais na sua função de língua materna dos surdos. Aulas ministradas em Língua Portuguesa, com, apenas, tradução ou apoio da referida língua de sinais, não se enquadram nos pressupostos do bilingüismo, onde a língua de veículo de conhecimento primordial, a ser utilizada pelo conhecimento primordial, a ser utilizada pelo professor, é a língua de sinais dos surdos (FERREIRA, 2003, p. 43).

A educação de surdos/as, aproxima suas discussões e reflexões acerca do currículo, de suas relações com a cultura, o poder, a construção de identidades. Essas questões fazem referência, a noção de poder e interesse veiculado por meio do discurso curricular.

Com isso, justifica-se o domínio da ideologia oralista na educação do surdo, que ostenta o ensino da oralidade, atrelada a práticas pedagógicas de recuperação e reabilitação. O discurso oralista é um discurso médico e terapêutico que está presente nas narrativas, nos

textos curriculares, nas idéias interessadas dos grupos privilegiados, denominados como ouvintes, que concebem o surdo como doente e anormal (SKLIAR, 2001).

3.3 CURRÍCULO: PONTO CHAVE DO COTIDIANO ESCOLAR

Pode-se conceber o currículo como um conjunto de experiências que a escola, disponibiliza aos alunos com o fim de favorecer o desenvolvimento e a aprendizagem. Visto sob esse enfoque a proposta curricular pode se encerrar em um padrão de características que inviabilizem a participação de diferentes necessidades de aprendizagem. Muitas dificuldades ocorrem quando a escola não permite o acesso do aluno "diferente", como é o caso das necessidades especiais que alguns alunos possam apresentar e que são atendidas por meio do currículo regular, de maneira adaptada ou não. Se entendermos o currículo como o conjunto de ações que a escola formaliza em consonância com o projeto pedagógico, o processo educativo é o mesmo para todos os alunos.

Os projetos educacionais que se permitirem trabalhar com a diversidade podem enfrentar resistências. "Será que é possível a escola e o currículo dialogarem com a diversidade e a diferença sem impor culturas?" (SKLIAR, 2001, p. 108)

Remover barreiras à aprendizagem é pensar em todos os alunos como seres em processo de crescimento e desenvolvimento, que vivenciam o processo de ensino-aprendizagem de maneiras diversas, seja por suas diferenças individuais, seja por seus interesses e motivações. Qualquer criança experimentará a experiência da aprendizagem escolar como desagradável, como uma verdadeira barreira, se estiver desmotivada, se não encontrar sentido e significado para o que lhe ensinam na escola.

Remover as barreiras à aprendizagem pressupõe conhecer as características do processo de aprender, bem como as características do

aprendiz (o que não deve ser confundido com um diagnóstico). Com esse "olhar", os professores precisam conseguir identificar a si mesmos como "profissionais da aprendizagem" e não mais como "profissionais do ensino" (BRASIL, 1999, p. 61).

Questões relativas a aprendizagem, seleção e organização dos conteúdos a serem ensinados, mobilidade curricular, devem ser problematizadas tendo em vista o atendimento a diversidade que requer a escola inclusiva. Dessa forma, pensar em um currículo plural na escola associa-se a noção da escola inclusiva,

Se temos como objetivo o desenvolvimento integral dos alunos numa realidade plural, é necessário que passemos a considerar as questões e problemas enfrentados pelos homens e mulheres de nosso tempo como objeto de conhecimento. O aprendizado e vivência das diversidades de raça, gênero, classe, a relação com o meio ambiente, a vivência equilibrada da afetividade e sexualidade, o respeito à diversidade cultural, entre outros, são temas cruciais com que, hoje, todos nós nos deparamos e, como tal, não podem ser desconsiderados pela escola (ARROYO, 1994, p. 31).

A vivência escolar tem demonstrado que a inclusão pode ser favorecida quando se observam as seguintes providências: preparação e dedicação dos professores; apoio especializado para os que necessitam; e a realização de adaptações curriculares e de acesso ao currículo, se pertinentes.

Tais medidas de adequação curricular requerem análise à parte. De modo geral, o currículo pode constituir um grande obstáculo para os alunos com necessidades educacionais especiais na escola regular, especialmente quando ele impõe uma referência homogênea a ser alcançada por todos os educandos, independentemente das condições particulares que possam apresentar. Com raras exceções, a competência acadêmica é exigida para todos de forma uniforme ou inflexível; o que se busca e se incentiva atualmente é a construção de currículos abertos, transformadores e com novas prescrições, de modo a contemplar os que

possam não corresponder à expectativa de "normalidade" da comunidade escolar.

No ponto de vista pedagógico, considera-se a existência de tipos de currículo, que podem ser abertos ou fechados na sua fase de elaboração, e a abordagem utilizada pode ser de currículos: progressista, construtivista, integrado ou globalizado (LIBÂNEO, 2001). A escola representada pelos educadores que nela atuam, definem a abordagem mais adequada para a demanda de suas práticas.

Estes posicionamentos dos educadores, frente a proposta curricular, são características marcantes das discussões sobre currículo, que, segundo Silva (2001), implica no entendimento das relações entre conhecimento, poder e identidade social, bem como, nas mais variadas formas que o currículo se insere na produção social.

Com base nesta reflexão, compreende-se que o currículo presente nas escolas de surdos/as está construído por este discurso oralista, produzindo mecanismos de colonização curricular, ou seja, o currículo corporifica um "conhecimento oficial" que expressa um ponto de vista de grupos socialmente dominante, no caso dos/as surdos/as – ouvintes (SOARES, 1999). A política do "conhecimento oficial" esta muito presente nas narrativas e nos textos que compõem o currículo na escola de surdos/as (SKLIAR, 2001)

4. DISCUSSÃO DOS DADOS

Este estudo foi desenvolvido com professores de duas escolas da cidade Teófilo Ottoni, MG. Foram convidados dez professores, cinco de cada escola.

Para iniciar a coleta de dados conforme o cronograma da pesquisa no mês de fevereiro de 2010, foram contatados os professores e agendado as entrevistas. Houve boa receptividade dos professores que aceitaram participar da pesquisa, inicialmente foi realizada breve

explicação sobre o que descreve a pesquisa, objetivos e metodologia, para que os professores pudessem ficar cientes do processo da entrevista. Participaram do estudo sete professores.

Esses dados coletados estão apresentados em duas partes: Escola A e Escola B, conforme percurso metodológico da seção dois desse estudo.

ESCOLA A: ESCOLA ESTADUAL SEBASTIÃO RAMOS

Participaram nessa escola três professores, os outros dois não puderam participar com a justificativa relacionada a disponibilidade de tempo.

O primeiro questionamento fez referência a participação dos professores na discussão curricular, diante do que constatou-se que existe discussão sobre o tema e que conhecendo a cultura e a identidade surda torna mais fácil a elaboração de um currículo que atenda suas necessidades. Um dos respondentes disse:

“Temos participado dessas discussões de várias maneiras, uma delas é indo até os familiares. Temos buscado conhecer sobre a cultura e a identidade dos nossos alunos, como ponto de partida, pois pensamos que assim se torna mais fácil elaborar um currículo que contemple a problematização do conceito de deficiência.” (RESPONDENTE JPMF)

Outra contribuição relativa a participação no currículo, o respondente afirma que as reuniões pedagógicas são momentos importantes para que essas discussões aconteçam. Afirma ela:

“Através de reuniões pedagógicas tem se discutido as dificuldades, necessidades e habilidades dos alunos especiais para melhor atendê-los”. (RESPONDENTE VSC)

Ainda em relação ao tema currículo e a participação dos professores na elaboração do mesmo, uma especialista em educação nos respondeu:

“É impossível não discutir essa problemática, pois a nossa escola atende deficientes auditivos. Por isso estamos sempre discutindo o

que e como fazer para que esses alunos tenham seus direitos preservados e também uma aprendizagem de qualidade.”
(RESPONDENTE DNG)

A escola deve promover o desenvolvimento físico, cognitivo, afetivo, moral e social dos alunos com necessidades educativas especiais, e ao mesmo tempo facilitar-lhes a integração na sociedade como membros ativos. Mas, para que isto aconteça, é importante que o indivíduo portador de necessidades educativas especiais seja visto como um sujeito eficiente, capaz, produtivo e, principalmente, apto a aprender (BRASIL, 1999).

Questionados sobre as questões curriculares e as implicações na educação de surdos, apresentaram as seguintes observações, que denotam a identificação de realidades particulares, no sentido de entender cada pessoa em sua individualidade, capacidades ou limitações.

“Penso que estamos caminhando, mais ainda há muito que fazer pela educação desses sujeitos, pois ainda é pouco comum, se trata de uma minoria e nem todos os educadores a estão preparados para lidar com eles” (RESPONDENTE JPMF).

“Há uma dificuldade de adaptação, uma vez que essas questões sempre foram voltadas para ouvintes, falantes da língua oral. Necessita sedar atenção a outra comunidade que é a comunidade surda que está sendo inserida nas escolas regulares.”(RECONDENTE VSC).

“É bastante complicado, pois ainda há muita resistência em adequar o currículo e principalmente os planejamentos e as necessidades dos surdos.” (RESPONDENTE DNG).

Nem sempre os alunos obtêm bom desempenho na escola, entretanto, dificuldades de aprendizagem “não são exclusividade dos alunos com deficiências visuais, auditivas, mentais, dos que têm paralisia cerebral, dos autistas, entre outros”. Essas dificuldades para a aprendizagem (temporárias ou permanentes) ocorrem para muitos alunos (BRASIL, 1999, p. 61). Perguntados sobre o que é necessário para o bom desempenho da pessoa com surdez na escola, foram obtidas as seguintes respostas:

“As aulas bem preparadas e com a utilização de recursos visuais são necessárias, mas não basta. É preciso ensinar o respeito as diferenças e a diversidade para todos os alunos.”(RESPONDENTE JPMF)

“Que a escola em geral se torne bilíngüe. Alunos, professores e demais funcionários deveriam comunicar normalmente com o surdo” (RESPONDENTE VSC.)

“É necessário que as aulas sejam bem preparadas” (RESPONDENTE DNG).

Sabemos que é essencial, uma interação serena, funcional e proveitosa entre professor e alunos, perguntados então sobre as ações necessárias para a interação das crianças surdas na escola pudemos constatar que ainda há muita dificuldade, pois as respostas foram bastante sucintas.

“É necessário o empenho de toda a escola no desenvolvimento de projetos que discutam a diversidade entre as pessoas e o respeito as diferenças.”(RESPONDENTE JPMF)

“Atividades visuais ajudam muito. Os colegas ouvintes, quando aprendem LIBRAS interagem bem.” (RESPONDENTE VSC)

“Precisa incluir o surdo, ajudando a interagis bem com os demais colegas e funcionários da escola.” (RESPONDENTE DNG)

Todos os entrevistados concordam que a comunicação visual na educação dos surdos é muito importante, pois a visão auxilia no processo de aprendizagem.

“É de extrema importância, pois o surdo assimila muito melhor através do visual, ele não escuta, precisa enxergar para melhor compreender”. (RESPONDENTE JPMF)

“O surdo aprende muito através da visão. É primordial a língua de sinais, pois esta é a língua natural do surdo. Após dominar bem a LIBRAS, o surdo terá boas condições para aprender uma segunda e terceira língua e os outros conteúdos.” (RESPONDENTE VSC)

“Ela é importante, pois se ele não houve precisar usar o sentido da visão para melhor compreender o mundo em que vive.” (RESPONDENTE DNG)

Sabe-se que quanto mais cedo tenha se privado da audição e quanto mais profundo for o comprometimento, maiores serão as

dificuldades educacionais caso não receba atendimento adequado. Pensando nisso foi feito aos professores o seguinte questionamento: Um dos grandes desafios para os professores de surdos é explicar e superar as muitas dificuldades que esses alunos apresentam no aprendizado e nos usos de línguas orais, como é o caso da língua portuguesa. Você concorda com essa afirmação?

“Sim o aluno surdo apresenta maior dificuldade que os ouvintes no aprendizado da língua portuguesa, portanto é um grande desafio para o educador sanar tais dificuldades.”(RESPONDENTE JPMF)

“Sim, muitos professores dizem que não estão preparados para trabalhar com o surdo. Notamos isso na falta da metodologia adequada ao surdo. A língua portuguesa deve ser ensinada como segunda língua e não como primeira” (RESPONDENTE VSC)

Perguntados até que ponto os métodos orais-auditivos afetam os surdos e quais os benefícios da Educação bilíngüe foram dadas as seguintes respostas:

“Os métodos orais auditivos afetam principalmente na primeira infância, o surdo deve aprender primeiro a Língua de sinais como primeira língua, assim ele aprenderá as demais com maior facilidade.” (RESPONDENTE JPMF)

“O resultado é que ao final da educação básica o surdo não é capaz de ler e nem de escrever corretamente.” (RESPONDENTE VSC)

“Os métodos orais auditivos impedem que o surdo aprenda a língua de sinais, já a educação bilíngüe é importante para o surdo, pois ele precisa dominar as duas línguas é principalmente a Libras”. (RESPONDENTE DNG)

A escola inclusiva se caracteriza pelo atendimento a todos os alunos, “[...] assim, o que se deseja, na realidade, é a construção de uma sociedade inclusiva compromissada, com as minorias, cujo grupo inclui os portadores de necessidades educativas especiais” (BRASIL, 1999, p. 45). Acreditando que a escola sempre está preparada para receber o aluno ideal e não o aluno real, ou seja, com suas limitações e dificuldades de aprendizagem os respondentes fizeram as seguintes colocações:

“Estou na direção da escola, mas acredito que sim a escola está apta a receber alunos especiais, tanto é que temos oito.” (RESPONDENTE JPMF)

“Não. A inclusão é um processo ainda em andamento. Há uma necessidade urgente de recursos e profissionais para atender a demanda.” (RESPONDENTE VSC)

“Não. A inclusão é um processo ainda em andamento. Há uma necessidade urgente de recursos e profissionais para atender a demanda.” (RESPONDENTE DNG)

Ainda questionando sobre a escola e a sua real função diante das dificuldades dos educandos houve a necessidade em saber se escola enquanto instituição social tem assumido efetivamente seu papel na tarefa de incluir o aluno surdo, ou tem deixado a cargo da iniciativa e especialidade do professor e dos pais.

“A escola tem feito o possível é claro que ainda estamos aprendendo, mas nossa intenção é caminhar todos juntos, aluno, escola e família.” (RESPONDENTE JPMF)

“Devido as leis e decretos a escola tem procurado incluir. Ainda falta apoio de todos os envolvidos, pois em conjunto o resultado será melhor. Na maioria das vezes a falta de iniciativa vem dos próprios familiares.”(RESPONDENTE VSC)

“A escola inclui e procura orientar o professor contamos também com os intérpretes de Libras.”(RESPONDENTE DNG)

ESCOLA B: ESCOLA ESTADUAL PASTOR HOLLEBACH

Participaram nessa escola três professores, os outros dois não puderam participar devido outro compromisso assumido.

O primeiro questionamento fez referencia a participação dos professores na discussão curricular, diante do contatou-se que existe discussão sobre o tema, mas ainda é preciso melhorar alguns aspectos desse processo, um dos respondentes disse:

“Infelizmente essas discussões são muito superficiais, principalmente quando se trata de gestores. Com relação aos educadores a gente ainda discute, mas nunca chega a conclusão de que a forma e metodologia deve ser diferenciada para que o aluno surdo possa atingir o seu cognitivo de forma significativa” (Respondente SFS).

Outra contribuição relativa a participação no currículo, mostrou significativo envolvimento dos professores na escola, ainda que de forma indireta, quando não existe operacionalmente possibilidade de todos participar. Uma das respostas confirma esse dado:

“Participamos dessas discussões com muita frequência, temos uma grande preocupação em nos manter atualizados, por isso nossa escola sempre encaminha um representante a congressos, seminários, palestras ou qualquer outro evento que aborde essa temática. Lembramos que quem nos representa fica encarregado de fazer o repasse para os demais colegas” (Respondente ASS).

O currículo é o ponto chave do cotidiano escolar. Mudar a escola é mudar a visão sobre o que nela se ensina; é colocar a aprendizagem como eixo do trabalho escolar, considerando que a escola existe para que todos aprendam. A vivência escolar tem demonstrado que a inclusão pode ser favorecida quando se observam as seguintes providências: preparação e dedicação dos professores; apoio especializado para os que necessitam; e a realização de adaptações curriculares e de acesso ao currículo, se pertinentes. Nesse sentido, destacou-se excelente compreensão acerca da proposta curricular inclusiva:

“[...] procuramos garantir um processo de inclusão, no qual se respeite a questão do tempo enquanto elemento básico para a aquisição da aprendizagem, pois cada indivíduo é único, tem a sua particularidade. Portanto apresenta ritmos próprios na execução de suas tarefas” (respondente MCBM).

O desempenho na aprendizagem depende de uma ampla variedade de fatores que muitas vezes se impõem aos alunos, isto visto do ponto de vista da organização do processo educativo que caracteriza cada prática pedagógica. Tais práticas podem produzir dificuldades para que os alunos aprendam, pois “ [...] inúmeros fatores geram tais dificuldades: alguns são intrínsecos aos alunos e outros, talvez a maioria, externos a eles (BRASIL, 1999, p. 60). Quando os professores foram

questionados sobre as questões curriculares e as implicações na educação de surdos, apresentaram as seguintes observações, que denotam a identificação de realidades particulares, no sentido de entender cada pessoa em sua individualidade, capacidades ou limitações.

“A maior implicação é que a própria escola acha que os alunos não devem receber um currículo diferenciado, outros acham que o surdo deve estudar na mesma sala que o ouvinte, porque a inclusão é feita não só na sala de aula, mas em todo o espaço escolar” (Respondente SFS).

“Para viabilizar a proposta pedagógica inclusiva, cabe apontar a flexibilização curricular, a qual será pensada a partir do contexto grupal em que se insere determinado aluno. As adequações se referem ao contexto e não ao aluno; dessa forma leva-se em conta a sala de aula e o particular ponto de encontro que ocorre entre o sujeito surdo, sua história, o professor, sua experiência, sua concepção de ensino e de aprendizagem, a instituição escolar, o plano curricular, as regulamentações, as experiências dos pais entre outros. Assim não é possível pensar em adequações gerais para sujeitos em geral. A flexibilização curricular deve ser pensada a partir de cada situação particular e não como proposta para toda a escola, ou seja, universal” (Respondente MCBM).

“O currículo é o ponto crucial para uma boa educação. Deve ser elaborado pensando no tipo de público que a escola atende. Assim fica mais fácil planejar e executar as ações” (Respondente ASS).

Tais falas dos professores remetem a análise criteriosa da dimensão do currículo nas atividades da escola que se projetadas para a vida, podem alcançar maior repercussão. Pois, perguntados sobre o que é necessário para o bom desempenho da pessoa com surdez na escola, os professores apresentaram muitas sugestões de trabalho na escola, com pais, professores e alunos, entendendo que o desempenho na escola do aluno surdo se deve a uma série de fatores combinados de forma sinérgica.

“[...] uma escola é inclusiva deve primeiramente fazer uma reunião com gestores, professores, alunos e pai, explicando da necessidade de mudanças em todos que ali atuam, priorizando cursos, seminários e influenciando o grupo numa contínua transformação o qual vai trazer a expectativa de que cada cultura tenha sua particularidade. Para esse bom

desempenho e necessário que a escola tenha em mente que a língua de sinais é uma outra com suas próprias estruturas, organizada dentro de um sistema abrangente, manifesta no espaço, por meio de movimentos captados pela visão. Por isso é necessário que a escola ofereça em contra turno a língua portuguesa, mas não deixando que o surdo perca, a sua língua e sua identidade. Vendo que ele aprende através dos olhos e não dos ouvidos (Respondente SFS).

“Para o bom desempenho da pessoa com surdez na escola, é preciso, por parte da escola, dos pais, dos professores, uma mudança de posição e nos comportamentos, pois sabemos que o preconceito e a falta de informação contribuem para o fracasso dessas crianças nos seus processos de socialização e aprendizagem” (Respondente MCBM).

“Uma série de fatores contribuem para esse bom desempenho, mas vejo a parceria com a família e com a ASTO – Associação dos surdos de Teófilo Otoni muito importante, pois na ASTO o surdo adquire a sua verdadeira identidade e cultura, ficando mais fácil o seu relacionamento com a escola” (Respondente ASS).

O processo inclusivo requer uma série de ações, especialmente no que tange a efetiva interação das crianças surdas na escola.

Impor um tipo de escola a um grupo, ou impor o aprendizado de uma língua não – natural para quem tem a possibilidade de adquirir uma língua natural, são uma mesma forma de opressão, não de inclusão. A inclusão pressupõe o diálogo e não atitudes autoritárias de um grupo que diz: “Sabemos o que o que é melhor para vocês!” Aqui está o perigo de macroteorias que omitem recortes de grupos específicos. Torna – se óbvio que a opinião da comunidade surda sobre isto. Resta saber se eles têm sido chamados a discutir, se há conhecimento do projeto surdo para a surdez (SKLIAR, 2001, p. 187-88).

Os professores que fizeram parte do estudo apontaram uma única ação para favorecer o desempenho do aluno surdo na escola, qual seja: o domínio da LIBRAS em toda extensão da escola,

“Para uma maior interação entre surdo e ouvintes e necessário que a escola tenha em sua grade curricular LIBRAS como disciplina. E curso de LIBRAS para os demais funcionários desde o cantineiro até o diretor (Respondente SFS).

“Diferentes ações devem ser desenvolvidas na escola para a interação das crianças surdas e ouvintes. A comunicação nesse momento é o fator mais relevante. A criança surda aprende a língua portuguesa com a criança ouvinte e esta aprende LIBRAS com a criança surda (Respondente MCBM).

“Tanto para a interação, desempenho e satisfação do aluno surdo, deve haver capacitação freqüente para que todos na escola tenham a LIBRAS e se comunique normalmente com ele” (Respondente ASS).

Outro aspecto investigado com os professores foi sobre a comunicação visual na educação dos surdos, diante do que se constatou ser a comunicação visual a mais utilizada na escola. Isso pode ser constatado a partir do que falaram os professores dessa escola.

“[...] fato da língua de sinais utilizar exclusivamente a visão, são desnecessário, então durante as aulas o professor não deve falar e escrever ao mesmo tempo, implica o aluno surdo absolver o que está sendo ensinado, pois exige dele à atenção visual” (Respondente SFS).

“A comunicação visual é essencial, tanto para o aprendizado da língua portuguesa oral quanto para aquisição da língua de sinais. Para o desenvolvimento da comunicação visual ou auditiva, o professor precisa desenvolver na criança o uso do olhar, habituando – a olhar a pessoa que está falando, saber esperar que a pessoa olhe para ela, a apontar para o objetivo, para o acontecimento ou para as pessoas com quem se fala, educando – a para esperar a própria vez de falar” (Respondente MCBM).

“Muito importante. Essa é uma das formas de entendimento que ele tem. Por isso que deve haver muitos recursos visuais nas aulas direcionadas a surdos” (Respondente ASS).

Os professores, questionados sobre o desafio que os surdos enfrentam no aprendizado e nos usos de línguas orais, como é o caso da língua portuguesa, entendem que é o professor co o domínio da LIBRAS, quem pode ajudar esses alunos a superar esses obstáculos. Um deles disse: *“[...] a partir do momento em que o professor conscientizar que a LIBRAS é uma língua como outra, ele não terá dificuldades” (Respondente SFS).*

Existe um entendimento que se o aluno surdo deve aprender LIBRAS antes mesmo de seu ingresso na escola, para facilitar as demais aprendizagens, pois segundo um dos respondentes *“[...]o grande problema é que muitos surdos chegam a escola sem a aquisição da LIBRAS tornado mais difícil o aprendizado da Língua Portuguesa.*

Estamos sempre orientando os pais a encaminharem seus filhos a ASTO e também a sala de recursos, assim fica mais fácil o domínio da LIBRAS e a aquisição da Língua Portuguesa” (Respondente ASS).

Outra respondente, sobre esse questionamento, relacionou não só o aspecto individual da aprendizagem, mas, sobretudo o discurso curricular que perpassa a escola. Sua colocação expressa:

“Quanto mais cedo tenha sido privado de audição e quando se refere à língua portuguesa, a grande maioria das pessoas surdas já escolarizadas continua demonstrando dificuldades tanto nos níveis fonológico e morfossintático como nos níveis semântico e pragmático.

Uma perspectiva educacional pensada a partir dos surdos implica analisar de que forma as narrativas curriculares estão sendo contadas, questionar o poder de representação dessas narrativas. Ou seja, esclarecer quais são os grupos que exercem o poder privilegiado de representar os outros.

A possibilidade de elaboração de um currículo multicultural na educação d surdos precisa ser construída a partir da idéia de diferença, não aquela diferença que constitui o surdo a parti de um déficit, de uma perda. Essa concepção somente é capaz de adaptar os conteúdos curriculares.O que deve ser discutido é a idéia de um currículo que seja capaz de ver a surdez como diferença constituída historicamente, a partir de uma determinada cultura, onde se instauram relações de poder e ideologia” (Respondente MCBM).

Sobre a forma com que os métodos orais- auditivos afetam os surdos e sobre os benefícios da educação bilíngüe, os professores vinculam os aspectos cognitivos aos métodos de ensino,

“Os deficientes auditivos poderão ser mais bem trabalhados quanto aos aspectos cognitivos e lingüísticos. Esses são aspectos importantes da controvérsia entre os métodos, que relaciona-se ao desenvolvimento cognitivo do deficiente auditivo. Nos métodos orais tradicionais, este aspecto fica prejudicado na medida em que nos primeiros anos de reabilitação, o deficiente auditivo ainda não alcançou um desenvolvimento da linguagem que lhe possibilite a aquisição de conceitos. Trabalhando-se com técnicas manuais e orais conjugadas, é de se esperar que adquira conceitos de forma mais rápida e efetiva, pois aqueles que não puderem ser adquiridos através da comunicação oral poderão ser pela linguagem gestual. Com o desenvolvimento do processo de reabilitação, estes conceitos adquiridos através dos gestos, serão incorporados ao acervo

oral do sujeito. Desta forma, parece que os deficientes auditivos poderão ser mais bem trabalhados quanto aos aspectos cognitivos e lingüísticos” (Respondente MCBM).

Para outro respondente, a questão do método é essencial, pois se o professor utiliza apenas o método oral auditivo, ele não favorece o surdo em seu desenvolvimento, “*Os métodos orais auditivos retardam o desenvolvimento cognitivo do surdo. A educação bilíngüe contribui para o seu aprendizado na escrita e na língua de sinais” (Respondente SFS).* Sobre esse mesmo entendimento, outro respondente corrobora a relação método e aprendizagem:

“A abordagem oral-auditiva é o procedimento de instrução que usa a audição residual amplificando o som, ensinando a leitura labial e a fala para o desenvolvimento de habilidades de comunicação. Os programas escolares que aderem a esta abordagem não usam nem encorajam a utilização da linguagem dos sinais ou da soletração com os dedos, pois partem da premissa de que a comunicação manual inibirá o aprendizado da linguagem e das habilidades orais da criança e impedirá o seu ajustamento ao mundo da audição” (Respondente ASS).

Os professores , quando perguntados sobre a estrutura da escola, isto é, se ela é capaz atender as pessoas com necessidades especiais, houve certo consenso sobre a realidade dessa escola em evidência, denotando uma realidade desejada por outras escolas:

“Não só estrutura física, mas principalmente pedagógica e de pessoal. Atualmente estou na direção da escola, mas posso afirmar que sim, a nossa escola é referência no atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais. Aqui buscamos aperfeiçoar o nosso trabalho a cada dia” (Respondente MCBM).

“Sim, a nossa preocupação é constante. Somos referência no Atendimento Especializado porque não descansamos. Dividimos tarefas, trabalhamos em equipe e buscamos nos capacitar mais a cada dia” (Respondente ASS).

Outra respondente salientou o contexto geral das escolas, “sou interprete e vejo que as escolas não têm estrutura adequada para essa

demanda” (*Respondente SFS*), em que sempre há aspectos a serem melhorados.

Na compreensão desses professores entrevistados, a escola como enquanto instituição social tem assumido efetivamente seu papel na tarefa de incluir o aluno surdo, pois:

“Em nossa escola o trabalho é feito com todos os envolvidos no processo de ensino- aprendizagem do aluno. O empenho é igual de toda a equipe, o mesmo compromisso meu ou do médico que aqui atende deve ser também de quem prepara a merenda ou recebe as crianças no portão. O bom trabalho e a parceria com os pais são indispensáveis, mas a responsabilidade é de todos nós” (Respondente MCBM).

“Aqui na escola o aluno é de todos nós. Há uma preocupação em atender melhor o aluno a cada dia. Ninguém trabalha sozinho. O compromisso é de todos” (Respondente ASS).

Um dos respondentes identifica fragilidades nesse processo de assumir o aluno, para ele: “a escola, pais e profissionais não assumiram efetivamente esse papel” (*Respondente SFS*).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Esse trabalho que teve como objetivo geral, conhecer como as estruturas de ensino das escolas inclusivas atendem os alunos surdos, estabeleceu algumas considerações finais acerca da inclusão do surdo, da percepção dos professores e sua prática pedagógica.

Quanto a inclusão, e reconhecendo a necessidade de um esforço redobrado e coletivo para que a inclusão do surdo seja verdadeiramente implantada dentro das escolas, considera-se que a inclusão não se resolve apenas inserindo alunos com necessidades especiais nos contextos educacionais regulares, mas, a partir da compreensão de toda comunidade escolar sobre as práticas inclusivas. Nesse sentido é o professor, parte desse coletivo da escola que pode favorecer a ocorrência desse processo, pois depende dele muitas vezes, a construção de concepções inclusivas no contexto escolar.

A estrutura de ensino foi idealmente construída para receber um aluno com um padrão de desenvolvimento motor, emocional e cognitivo, e isso fica explicitado no discurso curricular que permeia a prática de muitos educadores. A educação inclusiva, para o surdo requer uma mudança de atitudes e valores. Um processo que implica nas questões relativas à: Projeto Político Pedagógica das escolas, formação continuada de professores, mudanças estruturais (arquitetônicas e atitudinais).

Pensar na educação é pensar na diferença. Diante de todos os problemas e dificuldades que são presenciadas nas escolas, deve-se lembrar que a discussão sobre inclusão ultrapassa as questões técnicas e metodológicas nas quais a escola se estrutura e envolve outros setores da sociedade.

Com passos lentos, se caminha para uma educação de respeito as diferenças, embora muitos ainda sejam os entraves e as dificuldades encontradas. O aluno surdo poderá ter espaço na escola, um espaço construído por meio de base autosustentadas, posto serem necessárias para o processo educativo inclusivo, em que os alunos tenham liberdade de criar, de produzir e de construir, com autonomia.

A escola inclusiva deve oferecer oportunidades de aprendizagem múltiplas a todos. Não apenas as aprendizagens, mas aquelas que se referem à sensibilidade pela diversidade humana, à experiência com a riqueza da diferença e ao desenvolvimento do espírito de colaboração, aspectos tão significativos na constituição de um sujeito. Então a educação passa a ser responsabilidade de todos e cabe ao coletivo da escola atender às necessidades especiais.

5. REFERÊNCIAS:

ARROYO, Miguel. **Escola plural**. Proposta pedagógica Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte. Belo Horizonte: SMED, 1994.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Contêm as emendas constitucionais posteriores. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Fundamental, 1998.

BRASIL. Salto para o Futuro: Educação especial: tendências atuais/ Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da educação, SEED, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Educação Básica**. Brasília, MEC/SEESP, 2008.

JUNG, C. F. **Metodologia para pesquisa e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Axcel, 2004.

FERREIRA, Lucinda. **Legislação e a língua brasileira de sinais**. São Paulo: Ferreira & Bergoncci consultoria e publicações, 2003.

LIBÂNEO, J.C. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. 4.ed. Goiânia: Alternativa, 2001.

MORIM, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2.ed. São Paulo:Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução as teorias do currículo. 2.ed. Belo Horizonte: Autentica, 2001.

SOARES, Maria Aparecida Leite. **A educação do surdo no Brasil**. Campinas: EDUSF, 1999.

SKLIAR, Carlos. **A Surdez**: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre Mediação, 2001.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

6. APÊNDICE

APÊNDICE A: entrevista direcionada aos sujeitos da pesquisa

- 1- As discussões sobre o tema currículo estão no centro da ação educacional, se constituindo numa problemática que vem sendo abordado e discutida nos diferentes contextos das praticas educativas. De que forma você, seus colegas e gestores da sua escola têm participando dessas discussões?

- 2- O que você tem a dizer sobre a problemática que envolve as questões curriculares e suas implicações na educação de surdos?

- 3- O que é necessário para o bom desempenho da pessoa com surdez na escola?

- 4- Que ações são necessárias para a interação das crianças surdas na escola?

- 5- Como você vê a comunicação visual na educação dos surdos?

-
-
- 6- Um dos grandes desafios para os professores de surdos é explicar e superar as muitas dificuldades que esses alunos apresentam no aprendizado e nos usos de línguas orais, como é o caso da língua portuguesa. Você concorda com essa afirmação?

- 7- Até que ponto os métodos orais-auditivos afetam os surdos e quais os benefícios da Educação bilíngüe?

- 8- Como professora de aluno surdo, você acha que esta escola apresenta uma estrutura suficientemente capaz de atender as pessoas com necessidades especiais?

- 9- A escola como enquanto instituição social tem assumido efetivamente seu papel na tarefa de incluir o aluno surdo? Ou fica a cargo da iniciativa e especialidade do professor e dos pais?
